

Formação das elites pós coloniais na América do Sul: As marcas do positivismo nas estruturas de poder

Carlos Augusto dos Santos Nascimento Martins¹

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo analisar a relação da teoria tradicional nos processos de formação das elites aqui compreendidas como intelectuais, políticas e militares nos países que integram América do Sul entre os séculos XIX ao alvorecer do século XXI, com particular atenção para Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, países que compõem o cone sul americano. Notadamente a influência do pensamento positivista presente na formação militar, política, jurídica e religiosa dos impérios ibéricos, do Reino Unido e das novas potências emergentes como Alemanha e Estados Unidos. Busca identificar pontos de ruptura e convergência entre uma epistemologia científica positivista dos impérios ibéricos ao pensamento crítico da busca decolonial dos atores sul-americanos do século XX e XXI. Pretende ainda dar primeiras linhas ao estudo da formação jurídica entre a Luso América e Hispanoamérica.

Palavras-Chave: Elites, Positivismo, Latino América, Relações Internacionais, Política.

Abstract: This research aims to analyze the relationship of the traditional theory in the processes of formation of the elites here understood as intellectuals, politics and military in the countries that integrate South America between the nineteenth century at the dawn of the twenty-first century, with particular attention to Brazil, Argentina, Uruguay and Paraguay, countries that make up the South American cone. Notably the influence of positivist thinking present in the military, political, legal and religious formation of the Iberian empires, the United Kingdom and the new emerging powers such as Germany and the United States. It seeks to identify points of rupture and convergence between a positivist scientific epistemology of the Iberian empires to the critical thinking of the decolonial pursuit of twentieth and twenty-first century South American actors. It also intends to give first lines to the study of the legal formation between Luso America and Hispanoamérica.

Keywords: Elites, Positivism, Latin America, International relations, Politics.

1. Considerações iniciais

Nos corredores externos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra está registrado em pedra que aquela instituição foi responsável pela formação das elites de Portugal e de outros países que durante as centúrias colônias buscaram daquele centro de estudos a formação das elites intelectuais, econômicas e culturais dos estados que integram a comunidade internacional de língua portuguesa.

Do mesmo modo, os filhos das elites da hispanoamérica buscavam sua formação nas Universidades no Reino de Espanha. Centros de estudos jurídicos como Madrid, Barcelona e Salamanca formaram ou influenciaram na formação de significativa parte das elites intelectuais latino-americanas entre os séculos XIX, XX e ainda hoje, na aurora do século XXI.

¹ Doutorando em Relações Internacionais junto a Universidade Autónoma de Lisboa. Mestre em Direito pelo Centro Universitário Curitiba. Bacharel em direito pelo Centro Universitário Curitiba. Licenciado em história pela Universidade Estadual do Paraná.

Outras forças contribuíram na forja da sociedade Sulamericana que hoje se encontra com o século XXI. Ingleses, germânicos, franceses e os americanos do norte continental, todos ao seu tempo contribuíram na formação das elites políticas e militares que desde os processos de independência formal em relação aos reinos ibéricos balizam os rumos dos países latino-americanos.

A questão que se apresenta relevante é saber de qual maneira as relações entre os países da Lusoamérica e da Hispanoamérica integrantes do cone sulamericano foram influenciadas pela tradição positivista das estruturas políticas, religiosas e militares entre os séculos XIX até a primeira quadra do século XXI.

A pesquisa justifica-se como relevante não somente para compreensão das Relações Internacionais no contexto do estudo latino-americano. Há também espaço interdisciplinar para o estudo do direito e sociologia, bem como para a metodologia científica na medida em que o estudo das ciências humanas e da formação militar difundidos a partir da península ibérica para América Latina foi marcadamente decorrente da Escola Positivista. Em uma perspectiva dialógica a compreensão dos fenômenos sociais de formação das elites do luso américa e da hispanoamérica são possíveis somente quando observados pela lupa da escola crítica nos estudos das Relações Internacionais.

Caminhar pela estrada em que as elites latino-americana percorreram deste o século XIX exige elevado grau de aprofundamento, tipo de cognição exauriente doravante proposta. O artigo encontra supedâneo na bibliografia contemporânea através de diferentes escolas do das Relações Internacionais, do Direito, da Economia, Sociologia e Filosofia entre outras áreas das ciências sociais. O Estudo será realizado não só junto às ciências sociais, mas para além dela considerando as diversas possibilidades epistemológicas. O artigo tem sua estrutura básica formada por considerações iniciais, cisma das revoluções de independência na América do Sul; influência do positivismo nos assuntos de estado; A influência da tradição católica nos assuntos de estado; América – dois lados “muro” no século XXI e considerações finais.

2. Cisma das Revoluções de “independência” na América do Sul – A influência Positivismo militar nos assuntos de estado

Em uma sociedade organizada as elites são por definição o que há de melhor e se valoriza mais. “Uma minoria social que se considera prestigiosa e por isso detém algum poder e influência” segundo definição extraída do dicionário priberam da língua portuguesa². Em assim sendo, estes grupos minoritários como regra possuem significativa parcela de poder junto as sociedades que integram.

América Latina é senão o resultado das elites que nela encontraram abrigo deste o seu início até os dias de hoje. Há que se dizer que tais elites podem ser subdivididas entre seguimentos como elites intelectuais, econômicas, religiosas e militares, sem perder de vista que na história e no presente da América Latina a junção de forças entre setores das elites como regra ocorreu a bem do interesse comum, aqui compreendido como os interesses dos grupos hegemônicos dos quais não fazem partes os extratos subalternos das sociedades sul-americanas.

No plano das Relações Internacionais interessa saber se a influência das elites intelectuais que, egressas dos melhores bancos universitários península ibérica do Reino Unido e da formação Militar da nascente Alemanha permitiram influenciar os destinos dos países em que encontram pouso. De um mirante histórico a primeira visão nos faz acreditar que os caminhos percorridos por países como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai não foram influenciados senão pelas forças decorrentes das armas e do capital. Não sendo crível, *prima face*, que a grandeza do conhecimento iluminista, das Universidades de Portugal e Espanha, da educação britânica e da formação para as armas em sentido profissional e não político da Alemanha tenham conseguido penetrar no monólito pós-colonial. Isso porque tanto a luso américa, aqui obviamente representada pelo Brasil, quando os países que compõem o cone sul-americano, todos pertencentes a hispanoamérica, não lograram êxito na produção do saber, no progresso científico como legado para gerações futuras que hoje encontram o século XXI como abismo do subdesenvolvimento.

A América Latina do século XXI é, pois, o resultado dos esforços ou ausência deles, das elites de outrora em construir um espaço de prosperidade intergeracional. A invasão dos exércitos de Napoleão a Península Ibérica foi responsável por uma miríade de eventos nos territórios ocupados como colônia de exploração pelos reinos de Portugal e Espanha. O registro

² Dicionário priberam. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/elite>.

do modelo colonial da linha acima faz-se necessário em razão da necessidade da análise crítica em oposição a tradicional entre o desenvolvimento do tipo norte continental, cuja colonização foi majoritariamente de povoamento e de confissão protestante, em relação ao modelo empregado na Latino América marcado pelo pacto colonial de exploração de matéria prima e o exclusivo na compra de manufaturas.

Para a luso américa foi em “1808 que se deu a transferência, não só da Corte, mas também do quadro administrativo português, que será a semente do Estado que se torna independente em 1822” (SOUZA, 2009, p. 106). Uma separação tranquila nas palavras de Hobsbawm (1982, p. 154). Talvez uma única nação com dois reis em separá-los! Na hispanoamérica os ventos da independência sopravam forte como efeito a “crise das monarquias ibéricas” (GOLDMAN, 1992). Dos países mais ao sul do continente foi a Argentina que em 1810 deu início ao seu processo emancipatório cuja declaração de independência foi conhecida somente em 1816.

O processo de independência do Uruguai foi marcado pelo estremecimento da complexa relação entre os impérios ibéricos, condição de constante atrito que remonta a formação dos Reinos de Portugal e Espanha e pode ser observada ainda hoje, na aurora do século XXI, com o isolamento insular da lusoamérica em relação aos seus vizinhos hispânicos, notadamente quanto o pendulo da história se encontra no ponto mais agudo do conservadorismo, dando azo a toda sorte de dissonâncias entre o Brasil e seus parceiros do outrora rico em ambições sobre as possibilidades de verdadeira integração regional e hoje agonizante Mercado comum do Sul – Mercosul.

A região estratégica do Rio da Prata entre Buenos Aires e Montevideo desde muito tempo atraiu os olhares de cobiça das nações ibéricas e dos seus aliados como estratégicos como o Reino Unido. “Para a Espanha a banda oriental cumpria o papel de proteção das principais vias fluviais internas no seu curso superior, era a barreira à constante pressão lusitana sobre o litoral platino. Na percepção portuguesa, a banda oriental tinha o atrativo de ser a continuação lógica do seu território americano, além, é claro, dos interesses econômicos implícitos mencionados anteriormente” (PADROS, 1996).

Do conflito entre os impérios ibéricos sucedidos pelos nascentes Estados independentes da Argentina, ou da então Províncias Unidas do Rio da Prata e do Império do

Brasil, nasce em 1825 o Estado Independente do Uruguai, reconhecido pelo Tratado de Montevideo assinado pelos herdeiros dos impérios ibéricos no cone sul em 1828.

De todos os Estados do sul continental é possível crer que foi o Paraguai aquele que buscou a verdadeira emancipação desde a sua independência em 1811 e até sua destruição quando da Guerra contra seus vizinhos Brasil, Argentina e Uruguai. Desde sua independência o “Paraguai buscou o isolamento em relação aos interesses britânicos da região de sorte que por não aceitar a condição de neocolônia britânica e na tentativa de ser verdadeiramente independente, atraiu ônus que, entre outros fatores levou a marcante guerra entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai no século XIX” (LESLIE, 1995)

Em comum os Estados do extremo sul do continente americano, além da ancestralidade nos reinos ibéricos e da herança católica, encontram nos parceiros para assuntos militares e econômicos. De início e sobre tudo o Reino Unido nas relações comerciais. Ao final do século XIX e início do século XX a Alemanha nas relações militares. Estados Unidos como herdeiro colonial do Império Britânico reivindica o continente para si a partir do século XIX obtendo êxito em suas intenções com a política do pan-americanismo em que o Brasil foi seu principal aliado.

Conforme entende Nancy Elena Ferreira Gomes (2013, p. 321) “*After independence, the New Latin American states, including Brazil, defined closer relationship strategies, first to the British, the great maritime and commercial power in the world, and from the end of 19th century, to the United States of America (US)*”.

A relação do Brasil com os ingleses remonta o período da chamada *Pax Britânica* e chega até a segunda grande guerra. O relacionamento estreito e secular somente perde espaço quando do surgimento e fortalecimento na primeira década do século XX, da política relacionada ao *pan-americanismo* e mais além, com o alinhamento militar e ideológico de significativa parte das forças armadas brasileira.

Para militares de alta patente como General Góes Monteiro os defensores do manutenção das relações estratégicas com os britânicos “preferiam a escravidão britânica porque a consideravam mais consensual e estritamente econômica e já passaram por ela” (LOCHERY, 2014, p. 112).

A presença da Alemanha unificada no hemisfério sul parte de uma política exterior agressiva e expansionista com fundamento intelectual no conceito de Ratzel sobre o espaço vital. Em 1900, o exército argentino funda a Escola Superior de Guerra e, a partir dessa época, “passa a contar com o auxílio e a instrução de diversos tenentes coronéis alemães, como Von Bellow e Von Thavenay em 1910, Von Goltz e Von Krestzchmer em 1911 e Schlegner em 1912. Segundo Armando Duval, adido militar brasileiro na Argentina, os contratos dos professores alemães foram sempre feitos em Berlim pelo adido militar argentino³”.

A partir da influência das instituições militares cujo caráter profissional é mitigado na América do Sul, dando espaço para atuação e influência política em sobreposição ao pensamento acadêmico iluminista do qual seriam as elites pós coloniais herdeiros naturais, a construção histórica das Relações internacionais no cone sul-americano foi marcadamente ancorada na escola positivista, tradicional afeta a escola realista das Relações Internacionais considera por décadas a expressão máxima da racionalidade moderna hegemônica (RIBEIRO, 2004, PP. 777-821). A presença marcante de uma tradição militar fez com que o pensamento crítico proveniente do iluminismo europeu que buscava assento junto ao debate da modernidade não encontrasse porto seguro junto as elites pós colônias.

Os países do cone sul americano adentram o século XX marcados pelo caudilhismo hispano-americano e pelo coronelato brasileiro. Naquele ponto o pensamento positivista majoritário na sociedade por força das elites militares que sobrepujaram intelectuais egressos de formação civil. Aliás, é preciso dizer que os governos de inclinação civil e democrata sempre foram vigiados de muito perto pelos homens da caserna que “abandonando a profissionalização militar assumiram responsabilidade em assuntos de estado por acreditar que os civis eram incapazes para tal fim” (NUNN, 1983).

Não se nega o fato de que os Antigos Reinos ibéricos, mesmo no século XX, sofreram com as ondas do autoritarismo que, sob o palio positivista da paz, da ordem e da estabilidade invariavelmente impunham as populações ibéricas toda sorte de sofrimento. Ocorre que

³ A formação do pensamento militar no Cone Sul: Brasil, Argentina e Uruguai Adriana Iop Bellintani. p. 45 – Janus 2014 Disponível em:

http://janusonline.pt/images/anuario2014/1.18_AdrinaBellintani_PensamentoMilitarConeSul.pdf

enquanto na Península Ibérica do sofrimento provocado pelos ditadores aflorou o sentimento democrático, com a presença das elites intelectuais tendo voz e vez no debate público. Na América do Sul o dissabor provocado pela condição de pós colônia não libertou do julgo de antigos impérios, bem como da sucessão de ditadores de ocasião que invariavelmente provocam o desequilíbrio e o enfraquecimento do manto da democracia e da representação popular.

O positivismo científico em convergência há outros elementos relacionados a tradição servil colonial em que o crescimento das economias não traduz desenvolvimento das sociedades, bem como a ausência de uma identidade verdadeiramente sulamericana, notadamente quanto aos assuntos das relações de Estado no âmbito das Relações Internacionais no cone Sul-americano, provocou o alijamento da intelectualidade iluminista formada nos melhores centros de ensino em relação aos centros de poder político fortemente marcado pelo elemento militar e pelo conservadorismo da tradição católica.

3. A influência da tradição católica nos assuntos de estado

Da divisão geográfica decorrente da independência dos países da América do Sul no século XIX surgem estados caudatários de um poder central que transita entre o Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha. Não há que se falar, ao mesmo sob o prisma da teoria crítica em Relações Internacionais de verdadeira independência.

Há, pois, manutenção do antigo pacto colonial em que os parceiros do Sul são tolhidos do desenvolvimento pelas potências ao Norte. No mais das vezes, o que se percebe é um crescimento econômico episódico e estéril que logo cede lugar as crises próprias do subdesenvolvimento endêmico.

Fosse verdadeira a premissa positivista sobre a independência dos novos estados americanos, não teriam trajetórias tão errantes como as conhecidas por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O que se observa na América do Sul lusa e hispânica é por certo, ausência do núcleo central do desenvolvimento, calcado na educação verdadeiramente libertadora, na liberdade e independência econômica e nos valores republicanos que somente conquistam as sociedades que evoluíram sem supressão de etapas necessárias ao seu fiel desenvolvimento.

Para América do Sul à deriva continental assume outro sentido, indica ausência de lastro político e conexão entre os povos sulamericanos, notadamente quanto se tem em mira a lusoamérica insulada em relação aos seus vizinhos da hispanoamérica.

Talvez a explicação para referida ausência do equilíbrio político e social que leva ao progresso possa ser explicada pelo conceito e dimensões da cidadania de Thomas Humphey Marshall. Seu conceito parte da análise da “sociedade industrial inglesa em que no século XVIII vislumbra a existência de determinados direitos civis. Posteriormente e já nas centúrias de XIX os direitos políticos. Finalmente e como decorrência dos dois anteriores os ingleses conquistam os direitos sociais no século XX” (MARTINS, 2002).

Para Jose Murilo de Carvalho (2002, p. 10-11) “não se trata de sequência apenas cronológica, ela é também lógica”. Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais”.

Diferente do modelo britânico e ao contrário do que defendem as posições conservadoras da corrente tradicional, aos povos da américa do Sul não foi dado o direito da conquista da sua emancipação completa. Isso porque nas terras do Sul do novo mundo os direitos sociais foram em verdade concebidos a partir da vontade das elites militares e econômicas sob forte influência do pensamento positivista, do conceito de ordem e progresso, nunca pela ambição de um povo.

Conforme registra Laurentino Gomes (2013, p. 379) “mesmo com os governos das oligarquias civis que se sucederam no poder, não teve o bravo povo Brasileiro acesso ao grau de civilidade e amadurecimento democrático necessário para garantir-lhe gerações futuras livres de ditadores e populistas”. Melhor sorte não tiveram Argentina, Uruguai e o combalido Estado do Paraguai.

Enquanto os pontos de comunicação entre os países do Sul e as grandes nações pós-coloniais do Norte se faz em razão das influências econômica, política e militar, a relação entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai com os herdeiros do trono de Pedro, que hoje encontra na figura do Papa Francisco seu 112º líder máximo, obedece a lógica religiosa da conservação de dogmas, do controle social com vistas a ordem e o progresso comum.

Os vasos comunicantes entre os Estados do Sul e a Igreja católica podem ser considerados elemento central da complexa identidade latino-americana. Sob a luz dos primeiros anos do século XX o escritor argentino Agustin Alvarez (1918) contribui de forma significativa para o progresso do pensamento científico no sul continental. Em sua formação há o elemento militar e jurídico. É mordaz em na avaliação quanto aos papéis históricos do continente americano ao afirmar que “En la América del Norte se aprendió a trabajar y a gobernar; en la América del Sur se aprendió a rezar y obedecer”.—“La herencia moral de los pueblos hispanoamericanos”.

A mesma divisão entre américa protestante e liberal e américa católica conservadora produziu distorções de representação política e social que culminaram com a ascensão de regimes totalitários em razão do aparente vácuo de representação, aparente porquê de fato inexistente, sempre haverá um líder messiânico como Adolf Hitler (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), um coronel ou um caudilho para ocupar o lugar de líder a conduzir o destino das massas.

Assim, na América Latina e em particular mais ao sul continental, instituições como militares e o clero mesmo quando buscaram o afastamento em razão do contexto histórico episódico entre o final da Revolução Francesa, o cisma pós-colonial e o período *Pax* Britânica, tinham em comum o elemento nuclear o conservadorismo e o ânimo de controle social afeito ao positivismo e a fé católica. É bem verdade que o positivismo que inundou as escolas militares, o direito e o estado no início do século XX tinha como base e fundamento a negação ao metafísico, propondo a observação e a experiência social como método científico (LOSEE, 2001). Todavia, os pontos de convergência entre as elites conservadoras foram superiores as suas divergências em questões de fundo conceitual ou filosófico, razão pela qual ao fim a busca da preservação do poder fez de adversários aparentes em perenes aliados.

Para Alvarez o catolicismo não produziu ciência, mas permitiu como efeito reflexo que o pensamento crítico surgisse das suas instituições de ensino “De la casualidad milagrosa, que es la base de la escuela eclesiástica, no ha salido ningún invento, ningún descubrimiento, pero han salido todos los actores de la Revolución Francesa, los terroristas, los nihilistas, y los anarquistas; y de las Universidades fundadas y regenteadas por los bispos, salieron todos los emancipadores de la América del Sur, consistiendo así su único mérito en haber servido para lo que no fueron establecidas” (ALVAREZ, 2008).

A emancipação política não foi suficiente a permitir a formação de uma elite cultural verdadeiramente interessada em uma real libertação continental. O sistema de dominação dos extratos sub letrados ou totalmente iletrados empregado com êxito através dos séculos pela império católico, fez da massa “inculta e vulgar, sem condições intelectuais de contestar a realidade a sua frente” verdadeiro instrumento para manutenção da “ordem” no sentido de preservar a posse do conhecimento em favor de uma pequena elite” (PAVANI, 2008).

As revoluções de libertação política que temporalmente estão inseridas no século das luzes onde os grandes filósofos sobrepujaram os “direitos do cidadão” as razões do Estado, sucumbem no espaço de luta na América Latina ao instinto de preservação do catolicismo o qual sob o palio da estabilização da ordem social encontram aliados nas forças armadas e na aristocracia local. “O povo não é soberano, apenas suporta a soberania” sendo certo que as massas precisam de unidade, de previsão, de concerto, de alguém que lhes diga o que deve ser feito (ROMANO, 2005). O positivismo visto na hispanoamérica e na lusoamérica, como herança da tradição ibérica seguiram os ensinamentos de Auguste Comte, cujo lastro ideológico estava na leitura de Maquiavel feita ao sabor da interpretação conservadora segundo a qual “a religião possuía o papel de conservar a “virtu” de uma cidade. Dessa forma, a religião é importante porque transfere a uma ordem transcendente o papel de guardião das leis (BIGNOTTO, 1991).

4. América – Dois lados do “muro” no século XXI

Eis que surge na linha do tempo o século XXI para América Latina, antes disso um século na busca da autoafirmação. Marcadamente diferente dos impérios coloniais, mas nunca inferior a eles, ao menos é o que se busca da afirmação crítica da identidade lusoamérica e hispano-americana. Uma busca pelo processo de descolonização, seja dos antigos impérios ou dos seus herdeiros ao norte continental. O final do século XX e a primeira quadra do século XXI pode ser considerado sob o prisma da teoria crítica “o momento de transformação em que a ideologia dominante encontra-se desgastada, incapaz de cimentar a sociedade em torno dos valores cruciais, sejam eles reais ou imaginários, do regime existente” (MAGNONI, 2000, p. 12). Ao menos é o que defende a crítica ao positivismo segundo o qual a construção das relações internacionais na porção sul continental foi decorrente dos esforços das elites militares, econômicas e da marcante influência do catolicismo.

Para as Relações Internacionais e ciências afins o limite da análise é o hoje, exceção feita aos economistas que acreditam em poder prever o futuro a partir dos dados do passado e do presente. Não se quer aqui uma peregrinação pelo deserto sobre as possibilidades epistemológicas de cada ramo das ciências sociais, mas sim fincar premissas quanto a análise possível no que tange a influência do positivismo sobre as elites na formação das relações internacionais no contexto sulamericano.

Questão nodal para análise do contexto hispano e luso americanos no século XX foi a Grande Guerra, aqui compreendida como evento iniciado em 1914 e encerrado somente com a rendição do Japão em 02 de setembro de 1945. Uma grande guerra separada por 21 anos de conflitos e contendas não resolvidas na eurásia e nações colônias e pós-coloniais que orbitavam os principais atores globais ao tempo do grande conflito.

Nas américas, o sul continental sofria com as influências dos britânicos, dos Estados Unidos da América, da Alemanha e em menor grau dos franceses que no cone sul auxiliaram na formação militar do Paraguai (NUNN, 1983). Como já enfrentando nas linhas acima o grande Império Britânico exerceu influência na América Lusa desde antes da sua emancipação política em 1822, Na América hispânica tal fato se dá com invasão napoleônica da península ibérica e dos eventos que se seguiram com a liberação política da Argentina, Paraguai e Uruguai.

Em uma relação de causa e efeito os Estados Unidos buscaram não só a emancipação política em relação aos seus colonizadores, mas também verdadeira superação da condição de mero coadjuvante para ator principal e verdadeiro líder continental da América livre.

Em 1823 o Presidente estadunidense James Monroe envia mensagem ao congresso tendo como principal orientação “afirmar como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que o continente americano, em virtude da condição livre e independente que adquiriu e conserva, não pode mais ser considerado, no futuro, como suscetível de colonização por nenhuma potência europeia” (ALMEIDA, 2009). Trata-se de verdadeira carta de ordem para o início do processo de dominação continental.

Em razão da unificação tardia ocorrida somente na segunda metade do século XIX a Alemanha não participou dos processos coloniais. Um país que emergia como potência do centro do mundo capitalista, porém sem colônias (MAGNOLI, 2000). Por constituir verdadeira

potência industrial e cultural, todavia limitada por suas fronteiras físicas Alemanha buscou durante o século XIX e XX influenciar outros territórios, situação facilitada na América do Sul pela existência de contingentes migrantes que adentraram o sul continental a partir da segunda metade do século XIX.

A influência Alemã pode ser notada a partir de “1914 por meio de missões de estado ou até mesmo instrutores individuais que treinaram os exércitos da Argentina, Bolívia e Chile. Durante este periodo foi nome de referência o Capitão Emil Korner responsável pela formação da nova escola militar do Chile, influenciando a formação militar da Colômbia, Equador e El Salvador. Distribuindo cadetes e jovens oficiais pela América Central, Venezuela e Paraguai” (NUNN, 1983).

No cone sul o reflexo da presença germânica foi mais acentuado na Argentina, que durante a segunda guerra mundial sob o mando da neutralidade apoio os exércitos de Hitler durante o conflito, servindo como refúgio seguro aos nazistas após o colapso do terceiro *Reich* (FOLLETT, 2012).

Ao final da segunda guerra mundial consolida a hegemonia mundial dos Estados Unidos da América e o que era antes um projeto do Presidente Monroe em relação aos espaços continentais americanos agora é uma realidade mundial. América Latina é o espaço vital dos Estados Unidos no contexto da guerra fria, sendo certo que sua influência sobre a vida política e econômica seriam percebidas por todas os estados formalmente independentes, mas fortemente subjugados pelos interesses americanos. A *Pax* britânica agora estava nas mãos dos seus herdeiros naturais, os americanos do norte.

A marca do positivismo e do conservadorismo católico estiveram presentes nos regimes totalitários iniciados por golpes de estado de caráter civil militar. O elemento comum da segunda metade do século XX nos países na América Latina foi a supressão das liberdades individuais, forte presença militar na política interna e influência norte americana nos assuntos de estado.

A pergunta que surge é onde estavam os homens e mulheres de estado de boa formação, a elite intelectual que deveria conduzir américa latina do subdesenvolvimento ao progresso, aproveitando os fortes ventos dos trinta gloriosos, um mundo encantado segundo Piketty (2014). A resposta que a história nos conta é que todos os esforços em nome de uma identidade

latino-americana e de uma verdadeira soberania nacional foram calados pelas mesmas elites que no século XIX impediram que América Latina fosse além da sua emancipação política.

Alianças militares como a “Operação Condor” em que Relações Internacionais dos países da América Latina estavam centradas no controle das instituições e das liberdades individuais permitiram a consolidação do atraso e a garantia da permanência da América do Sul a sombra do século XIX tal como estava quando dos primeiros anos da sua emancipação política em relação aos reinos ibéricos.

O final dos trinta gloriosos foram marcados pelas sucessivas crises econômicas relacionadas a mudança do eixo econômico do período industrial para o pós-industrial. A política externa dos Estados Unidos se voltou para assuntos do oriente médio enquanto América do Sul se reencontrava com a democracia e com sua realidade de “economia obsoleta” (TOFFLER, 1986) e subdesenvolvida.

Para Ulrich Beck existem épocas em que se faz política menor, uma política que obedece a regras, e existem um tempo para a política maior, uma política que modifica as regras (BECK, 2000). Talvez seja esse o caso nos processos de redemocratização no sul continental. A forte influência das elites militares irmanadas com as elites econômicas caudilhistas impediram o afloramento das elites intelectuais em razão da imposição das armas, a força da espada sobre a pena. O final do século XX o cone sul americano havia superado o governo civil militar, restabelecido direitos e liberdades individuais dos cidadãos e sob influência da União Europeia buscam o fortalecimento das relações regionais através de alianças econômicas na formação de um mercado comum do cone sul. Surge o elemento central das relações internacionais entre a lusomérica e a hispanoamérica na aurora do século XXI, o Mercosul.

Mais que uma cimeira em torno de questões econômicas o Tratado de Assunção assinado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai em 1991 representou uma verdadeira oportunidade para a aproximação e alinhamento dos interesses das nações integrantes do cone sul americano.

Não por acaso do próprio instrumento de formação consta que a integração entre as nações constitui elemento central do processo de desenvolvimento econômico e justiça social pretendido para os estados integrantes do pacto regional.

Desde a emancipação política dos estados sulamericanos ocorrida com o cisma napoleônico, nunca houve verdadeira oportunidade para o progresso baseado na união no interesse comum de todos os estados envolvidos no pacto do cone sul.

A consolidação de grandes espaços econômicos, em especial na Europa, fez com que os estados buscassem basear suas relações internacionais em ajustes regionais, considerando como vitais para seu progresso dentro da nova arquitetura das relações internacionais no contexto do século XXI. A integração latino-americana há muito pretendida pelas elites verdadeiramente comprometidas com a causa da substantiva independência, que se faz não somente pelo prisma formal como aceita pela corrente tradicional, mas sim uma integração materializada e crítica, portanto, refratária as subserviências próprias das antigas relações coloniais, antigas porque não velhas dado que ainda muito atuais no continente americano.

Assim, “A busca pela integração do sul continental decorre do “ambiente da guerra fria e surge como reação tímida à hegemonia dos Estados Unidos, postulava a dissociação entre a América latina e a América anglo-saxonica” (MAGNOLI, 2000). A cimeira do Mercosul sempre teve em seu “dna” a ambição decolonial de irrigar os vasos comunicantes entre os povos colonizados do sul continental.

É certo que as afinidades dos estados envolvidos no espaço regional do Mercosul são infinitamente superiores as diferenças, razão pela qual a nova pactuação permitiria verdadeiro avanço nas relações do sul continental com os demais blocos econômicos em formação, notadamente a União Europeia, os Estados Unidos e mais recentemente a Republica Comunista da China.

A materialização do Mercosul em um cenário de avanço do capitalismo pós-industrial possibilitou a aproximação dos estados lindeiros ao sul continental. Nessa quadra histórica já não se percebia a influência das forças militares não profissionais ao das instituições religiosas seculares e reformistas do cristianismo. O destino dos lusoamericanos e hispano-americanos estava em suas próprias mãos. Uma visão de poder popular nunca antes vista considerando que a emancipação política decorrente do cisma napoleônico somente representou independência para as correntes tradicionais do positivismo, sendo certo que os laços coloniais jamais foram rompidos.

Ocorre que o futuro chegou na autora do século XXI e o sul continental não estava preparado para ele. Suas elites meramente replicavam uma tradição estruturada em ricos proprietários industriais, uma classe média intermediária fortemente influenciável pelos detentores dos meios de produção, uma classe trabalhadora semiqualficada com tradição de subserviência em relação aos estratos superiores e uma vasta e a base social (SOUZA, 2019), contingente de pessoas iletradas cuja a condição de despreparo para as responsabilidades e desafios da vida não tutelada seria fator decisivo para o fracasso do modelo proposto. O poder nas mãos de um povo sem tradição democrática, cuja a obtenção de direitos políticos e sociais não se deu na forja das lutas populares, mas sempre pelas mãos de ditador populista, civil ou militar a controlar o povo. Por tais razões o poder popular foi em verdade tomado pelas forças do populismo que no século XXI recebeu novas formas, mas preservou velhos conceitos.

Mesmo entre os defensores do socialismo do século XXI há aqueles que reconhecem a prevalência das ideias do socialismo utópico. Valter Pomar afirma que com exceção da questão ambiental, todos os demais pontos do socialismo do século XXI já faziam parte da tradição e/ou do debate socialista no século XIX: internacionalismo e nação; combinação entre formas de propriedade; combinação entre mercado e planejamento; fortes políticas públicas sócias; redução da jornada de trabalho; combate à alienação do trabalho; a luta contra todo tipo de opressão; a socialização da cultura entre outros.

Decorridos 200 anos das declarações formais de independência seu conteúdo material ainda não foi atingido. Não lograram êxito as hostes do positivismo em fazer as forças das armas e dos dogmas conduzir as elites da luso américa e hispanoamérica as conquistas da verdadeira liberdade cuja a delimitação de fronteiras é apenas uma parte.

É chegado o momento em que a América do Sul, critica a sua história deve se perguntar quem é ela é? Por que ela é assim e como gostaria de ser para as próximas gerações.

Considerações Finais

Paulo Freire, um brasileiro que tem seu lugar como cidadão do mundo, da grande comunidade internacional sempre defendeu que “Nenhuma realidade está posta por si mesma, toda realidade está viva para ser modificada” de forma que faz-se necessário refutar o determinismo da subalternidade imposta aos Americanos do Sul em razão dos seus próprios erros. Ausência de mobilidade em que as elites intelectuais não podem ou não devem ousar

alterar a realidade posta, a realidade que sempre foi assim pois é da natureza das relações entre pessoas e das elites na América do Sul.

A compreensão do papel das elites na formação da América do Sul deve ser vista sob um prisma de uma nova visão epistemológica construtivista e racionalista (LATOUR, 2001), avessa ao positivismo clássico pela qual será possível a crítica adequada e a compreensão dos fenômenos sociais que emolduram o isolamento insular da lusoamérica e o voo com asas de Ícaro de Argentina, Uruguai e Paraguai.

Como cantou um dia Mercedes Sosa, América Latina está destinada a crescer e brilhar e para tal, será necessário que o povo americano liberte sua esperança e acredite que a verdadeira independência.

Referências

- Souza, Jesse. **A Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.
- Hobsbawm E.J. **A Era das Revoluções – 1789-1848**. Editora Presença. Lisboa 1982.
- Goldman, Noemi. **História y language**. Buenos Aires: CEAL, 1992.
- Padros, Enrique Serra. A Pax Britânica e a independência do Uruguai: Estado-Tampão e a Balcanização no espaço platino. In: **Revista Anos 90**. UFRGS. Porto Alegre, n.5. Julho de 1996.
- Bethel. Leslie. **O imperialismo Britânico e a Guerra do Paraguai**. Est. Vol. 9 no. 24. São Paulo. May/Aug. 1995.
- Gomes, Nancy Elena Ferreira. **Prof. PHD: Megatrend Review**. Vol. 10, no.1/2013. Megatrend University, Belgrade. ISSN 1820-315.
- LOCHERY, Neil. **Brasil – A segunda guerra mundial e a construção do Brasil moderno**. Ed. Editorial Presença. 2014.
- RIBEIRO, Adelia M. Por uma razão decolonial. Desafios ético-político-epistemológico à cosmovisão moderna. **Revista Civitas**. Porto Alegre, V. 14 n.1, p. 76. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, 2004.
- Nunn.Frederick M. **European Military Influence In South America**: The Origins and nature of professional militarism in Argentina Brazil Chile and Peru, 1890-1914. Disponível em:

<https://www.degruyter.com/downloadpdf/j/jbla.1975.12.issue-1/jbla-1975-0108/jbla-1975-0108.pdf>

Martins. C.A.S.N, et al. Voto efetivo e dimensão da corrupção sob a perspectiva do pensamento filosófico. **Revista Percurso**, vol. 04. Nº 23, Curitiba, 2017. P. 141. Ob. Cit Jose Murilo de Carvalho, 2002, p 10)

Carvalho, J. Murilo. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Gomes, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil, Globo, São Paulo, 2013.P. 379.

Agustin. Alvares. **La Transformacion de las Razas em America**. Project Gutenberg. Buenos Aires 1918. Disponível em: <https://www.classicistranieri.com/spanish/2/6/9/4/26947/26947-h/26947-h.htm>

Levitsky S. e Ziblatt D. **Como as Democracias Morrem**. Ed. Zahar 2018.

Losee, John. **A Historical Introduction to the Philosophy of Science**. Oxford University Press, 2001.

Alvarez, Agustin. **La Transformacion de Las razas em America**. **Commentador**: Arturo e. de la Mota. Release date: October 18, 2008 ebook 26947. ISO-8859-1. <https://www.gutenberg.org/files/26947/26947-h/26947-h.htm>

Pavani. M.R. Positivismo e Catolicismo no pensamento latino-americanos dos fins do século XIX. **Anais Eletronicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Vitória – 2008. ISBN – 978-85.61621.01-8 p.3.

Romano, Roberto. Rousseau, religião em moral. Estação Liberdade, 2005. Op. Cit Pavani. M.R. Positivismo e Catolicismo no pensamento latino-americanos dos fins do século XIX. **Anais Eletronicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Vitória – 2008. ISBN – 978-85.61621.01-8 p.6

Bignotto. Newton. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

Magnoni, Demétrio. **O mundo contemporâneo**: relações internacionais, 1945-2000. Editora Moderna, 2000.

Almeida. Wilson. **Integração Americana**. A balança do poder do continente americano pós-guerra. Georgetown University – Center of Latin American Studies. 2009.

Magnoli, Demetrio. **O mundo contemporâneo**: relações internacionais, 1945-2000. Editora Moderna, 2000.

Follett, Ken: **Inverno no Mundo**. Ed. Arqueiro. São Paulo. 2012.

Piketty, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Ed. Intrínseca. 2014.

Toffler, Alvin. **A terceira Onda**. São Paulo: Record. 6ª ed. 1986.

Beck, Ulrich. **Un Nuevo Mundo feliz, Paídos**. Bacerlona, 2000.

Magnoli, Demetrio. **O mundo contemporâneo: relações internacionais, 1945-2000**. Editora Moderna, 2000.

Souza, Jesse. **A elite do atraso**. Ed. Sextante. Rio de Janeiro, 2019.

Latour, Bruno. **A esperança de Pandora**. Ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Ed. Edusc. Coord. Luiz Eugenio Vécio. 2001.